

Jornal da

**CUT**®

BRASIL

# Dia de CUT nas ruas

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
ano 4 · nº 35 · julho de 2011 · [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

A epidemia de  
lesões e mutilações  
no setor avícola  
Página 2

Outras centrais usam  
mobilização da CUT para  
tentar confundir  
movimento sindical  
Página 3

CUT na luta: combate à  
violência no campo e a  
greve dos professores  
em defesa do Piso  
Página 6

Domésticas  
conquistam  
convenção da OIT  
Página 7



Agenda

editorial



Reprodução

A CUT acertou ao ter afirmado de maneira muito contundente que não se deixaria levar pelo discurso de que aumentos reais de salário iriam contribuir para tirar a inflação do controle, e ao ter anunciado campanhas salariais ousadas para esse segundo semestre.

O desenrolar dos índices econômicos acabou por confirmar nosso acerto.

Vamos para o Dia Nacional de Mobilização da CUT no próximo dia 6 de julho com o mesmo desembaraço e a mesma garra com que contrariamos as diversas formas de manifestação do pensamento conservador – a exemplo da tentativa de associar salários a um falso des controle da inflação – e com a mesma convicção que precisamos ter sobre as diferenças que existem entre nossa pauta, nossas propostas, nossas práticas e as dos demais atores sociais.

A CUT está construindo sua mobilização com os movimentos sociais e, neste momento, sem a participação das outras centrais, por uma razão tão simples quanto importante: ao contrário do que ocorreu em nossa luta pela valorização do salário mínimo, agora nossa pauta não está unificada de fato.

As palavras de ordem até se assemelham – fim do fator previdenciário, por exemplo – mas as propostas e as ações para atingir os objetivos são bastante diferentes. Em algumas lutas, inclusive, outras entidades sindicais fora da CUT jogam na direção oposta, como se observa no caso do combate às mazelas da terceirização.

Não há, por parte da CUT, o desejo de promover desunião do movimento sindical. A questão não é assim primária como alguns querem fazer parecer. A CUT, isso sim, está sendo responsável ao não simular, ao não fingir unidade onde ela não existe.

A insistência numa falsa unidade emperra o processo de mudança, enfraquece a pressão que devemos exercer sobre governos e patrões para ampliar e aprofundar as mudanças que se fazem necessárias na sociedade brasileira.

Continuaremos empenhados para construir propostas de consenso e de unidade.

Mas isso não significa que seremos obrigados a seguir o comportamento errático das outras centrais.

Unidade exige responsabilidade, inclusive para cumprir palavras empenhadas. Estamos abertos ao diálogo, desde que esse princípio seja respeitado.

# Vem aí o novo Jornal da CUT

Após quatro anos e 35 edições, o Jornal da CUT ganha no próximo número um novo visual e um novo formato. Como parte do projeto da central de renovação e fortalecimento da comunicação, que incluiu ainda a criação da TV e a Rádio CUT, prestes a completar um ano de existência, nossa publicação trará reportagem sobre um tema central.

Essa mudança tem como objetivo aprofundar o debate com as bases cutistas sobre os assuntos mais importantes para o movimento sindical e colaborar com a formação de nossos trabalhadores.

Em edições que permanecem mensais e com abrangência nacional, desenvolveremos reportagens a partir dos assuntos que tomam conta da nossa pauta e impactam na vida do trabalhador. A forma como essa discussão interfere na vida de nossos companheiros passa a ser a pauta principal de cada número.

Nessa nova fase do Jornal da CUT, sua participação será muito importante, já que além de contarmos com novas seções, teremos um canal direto de diálogo com os leitores. Espaço que já pode ser ocupado por você: basta enviar um e-mail para [imprensa@cut.org.br](mailto:imprensa@cut.org.br) com suas críticas e sugestões de assuntos que gostaria de ver nas próximas edições.

Contamos com sua participação.



Capas da 1ª edição (março de 2008), do especial mulheres (mar/2009) e do número com propostas da CUT para eleições 2010

## Movimento



Leonardo Severo

Vilma Favero (foto) foi bicampeã brasileira de sexagem, o trabalho de separar pintos machos e fêmeas, em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. Troféu? O abandono por parte da Seara/Marfrig, após mais de uma década de serviços prestados. Com dores insuportáveis e cinco hérnias de disco, ela faz parte de um quadro denunciado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac)-CUT e retratado em reportagens no Portal da CUT. No último dia 7, a direção da empresa admitiu que os frigoríficos avícolas devem explicações sobre a epidemia de lesões e mutilações que provocam em suas linhas de produção.

**Erramos:** Ao contrário do que foi publicado na edição anterior, o nome correto da secretária Geral da CSI é Sharan Burrow.

expediente:

**Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Carmen Helena Foro; Dary Beck Filho; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseyr Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Vagner Freitas; Valeir Erlé. **Jornalista responsável:** Isaias Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Isaias Dalle, Leonardo Severo, Luiz Carvalho, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva e Éder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** Toco (TMax Propaganda), **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

hisTória

# O preço de uma unidade

A partir de 2003, a unidade de ação das centrais reconhecidas oficialmente foi construída com muito esforço e desprendimento por parte da Central Única dos Trabalhadores.

Era início de governo Lula e havia muitas e grandes resistências por parte dos setores conservadores a qualquer mudança. A proposta de aumentos reais para o salário mínimo enfrentava oposição até mesmo no interior do governo, especialmente da equipe econômica.

A CUT então concebeu e organizou as Marchas do Salário Mínimo, acreditando que se houvesse pressão das ruas, com a presença de milhares de manifestantes em Brasília nos dias que antecediam a divulgação da proposta de Orçamento da União, haveria condições objetivas para vencer as resistências e estipular uma política de valorização permanente do salário mínimo.

Após quatro anos e quatro marchas, o objetivo foi atingido. Mas para isso foi necessário somar-se a outras centrais que ao longo de toda a história estiveram em campos opostos ao nosso (a CTB ainda não existia, pois os companheiros do PCdoB estavam na CUT). Isso teve um custo para a CUT, criando inclusive perplexidade em nossas bases e gerando o temor – e rumores pela grande imprensa – de que estaríamos nos igualando às demais.

## Pouca Força, muito marketing

No ato de realização das Marchas não faltaram constrangimentos, como quando, em 2005, a diminuta delegação de uma das centrais chegou a Brasília a bordo de poucos automóveis particulares, enquanto os mais de 40 mil militantes da CUT haviam encarado uma caminhada desde a cidade de Candangolândia, onde desembarcaram dos ônibus que vinham dos mais extremos pontos do País. Além disso, quando do encontro das delegações na capital do Distrito Federal, os cutistas ainda tiveram de conter a indignação diante de adesivos, colados aos parabrisas dos carros da outra central, que faziam provocações à CUT e aos petistas em geral.

Entre uma e outra história como essa, no ano de 2006 ainda assistimos a uma outra central fazer campanha aberta pela eleição da candidatura presidencial do PSDB. E em 2009, a mesma central defendeu que os trabalhadores deveriam aceitar corte de salários para impedir desemprego.

Todo esse esforço e paciência foram empreendidos pela CUT para construir uma unidade que fizesse avançar em questões importantes como o salário



Arquivo CUT

CUT ocupa as ruas como sempre fez ao longo de sua história

mínimo e ainda impedir o retrocesso político que a oposição pretendia impor ao Brasil.

## Fim do imposto: o que é isso, companheiro?

Fizemos isso também na expectativa de alavancar outras pautas, como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e a ratificação das convenções 151 e 158 da OIT. Outra frente foi o Fórum Nacional do Trabalho, em que tentamos construir a reforma sindical e onde demonstramos grande capacidade de diálogo.

O esforço pela unidade também incluiu a assinatura de um acordo, em março de 2008, em que as seis centrais se comprometiam a apoiar o fim do imposto

sindical e substituí-lo pela contribuição sobre a negociação coletiva, que só seria cobrada se os trabalhadores da base de cada sindicato a aprovassem em assembleia. Após assinar o compromisso, as demais centrais voltaram-lhe as costas.

E no último mês de junho, as demais centrais deram mais uma demonstração de descuido com a unidade de ação: mais de 30 dias após saberem que havíamos marcado nossa mobilização para 6 de julho, anunciaram uma manifestação para a mesma data e ainda convocaram uma coletiva de imprensa em que indicaram, falsamente, que a CUT participaria.

Unidade exige princípios e seriedade.

# Nossas propostas fazem a diferença

No texto a seguir, o presidente Artur Henrique comenta porque

Em maio, quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiu realizar no próximo 6 de julho um Dia Nacional de Mobilização em defesa da classe trabalhadora, sua Executiva Nacional deliberou que era necessário procurar entidades com histórico de luta, mobilização, representatividade e, especialmente, com bandeiras de luta em sintonia com a Plataforma que a CUT formula e pratica desde a sua criação. O objetivo era e continua sendo claro: priorizar a unificação em torno de uma pauta comum entre as entidades dos movimentos sociais com essas características.

Por isso, a CUT procurou o MST, a CMP (Central de Movimentos Populares), a Marcha Mundial de Mulheres, a FUP (Federação Única dos Petroleiros) e outras entidades da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que apoiaram a ideia e se incorporaram ao processo de mobilização e organização dessa ação unitária da CUT e dos movimentos sociais.

## Como sempre, saímos na frente

Temos assistido recentemente tentativas de algumas centrais sindicais de pegar carona nas mobilizações da CUT.

Um exemplo recente dessas tentativas foi o anúncio, por parte de outras cinco centrais, de que estariam realizando uma mobilização – justamente – no dia 6 de julho. Fizeram isso mais de um mês depois de a CUT ter anunciado o seu Dia Nacional de Lutas para a mesma data.

Sob o falso argumento da unidade das centrais sindicais em torno da pauta trabalhista aprovada no Pacaembu, em junho de 2010, e das conquistas obtidas nos últimos anos, dizem que basta fazermos mobilizações conjuntas para obtermos vitórias.

A avaliação da conjuntura nacional feita pela direção da CUT é diferente.

## Essa suposta unidade é falsa

Talvez o único ponto em que temos consenso entre as centrais sindicais seja a redução da jornada de trabalho para 40 horas, que é fundamental, mas somente a nossa “unidade” não foi capaz de colocar a proposta para ser aprovada pelo congresso nacional.

Porém, e os outros pontos da nossa pauta?

Vamos elencar algumas propostas que nos diferem, a começar pela mais evidente e aquela que, a julgar por todas as práticas das demais centrais, é intransponível para aquelas entidades:

### Convenção 87 e fim do imposto sindical

Lutamos por liberdade e autonomia sindical, com aprovação da convenção 87 da OIT; pelo fim do imposto sindical e a implementação de uma contribuição da



Roberto Parizotti

O presidente Artur Henrique (com camiseta da CUT), durante mobilização em São Bernardo

negociação coletiva aprovada pelos próprios trabalhadores em assembleias.

### Trabalho decente

Pela implementação da agenda do trabalho decente, com mais e melhores empregos, por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a luta contra a precarização e a terceirização, e a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário; pelo fim do fator previdenciário e pela regulamentação da convenção 151 da OIT. Pelos enunciados aqui expostos, pode-se ter a falsa impressão que todas as centrais têm acordo em relação a este parágrafo, mas não existe tal acordo, como veremos a seguir.

### Terceirização

Temos uma posição muito clara em relação à terceirização: ela é responsável pelo aumento das mortes, acidentes de trabalho e de doenças profissionais e vem sendo utilizada pelo capital para precarizar as

condições de trabalho, reduzir custos, enfraquecer o movimento sindical criando milhares de sindicatos de gaveta. Por tudo isso, propusemos um projeto de lei, apresentado pelo deputado federal Vicentinho (PT-SP), regulamentando a terceirização. Enquanto isso, algumas centrais sindicais que têm alguma representação em empresas terceirizadas querem aumentar a terceirização, ou seja, querem fortalecer o setor empresarial na falsa expectativa de aumentar o número de sindicatos filiados a elas. Enquanto isso, os trabalhadores...

### Convenção 151 da OIT

Essa convenção garante a negociação coletiva para os trabalhadores do setor público em todo o Brasil. Foi incluída como reivindicação pela CUT nas Marchas da Classe Trabalhadora e encaminhada pelo ex-presidente Lula ao Congresso Nacional, que a aprovou. Estamos agora precisando aprovar rapidamente a regulamentação da 151, para que ela possa entrar em vigor em todo o território nacional, democratizando as relações de

# a, então nossa mobilização também

## a CUT fará um dia de luta sem a participação das outras centrais



do Campo

históricos da central. Isso, somado à legislação de combate às práticas antissindicais, direito à negociação coletiva e a organização por local de trabalho são itens fundamentais para consolidarmos uma nova estrutura sindical de acordo com os princípios cutistas e que fortaleça as entidades sindicais realmente representativas, com o fortalecimento da negociação coletiva rumo ao contrato coletivo de trabalho por ramo de atividade.

### Fim do fator previdenciário

Milhões de trabalhadores aguardam as discussões sobre o fim do fator previdenciário para decidir o que fazer de suas vidas: se aposentam ou se esperam o resultado das negociações. Enquanto isso, a tábua de expectativa de vida do IBGE vai sendo alterada a cada ano e, assim, aumenta o tempo necessário para que as pessoas se aposentem.

Em lugar de indicar propostas concretas e viáveis, como a CUT fez ao apresentar para o debate o Fator 85/95, em 2009, as outras centrais repetem o mantra do “fim do fator previdenciário” sem dizer como isso pode acontecer.

Apostam assim na demagogia e deixam na espera milhões de trabalhadores e trabalhadoras. E o que é pior, a cada ano a situação se agrava. Quando começamos esse debate, em 2009, um trabalhador para ter 100% do seu benefício precisava ter 35 anos de contribuição e 62.4 de idade. Hoje, dois anos depois, precisa ter 64.7 anos de idade para alcançar os mesmos 100%.

### Educação

Defesa da implementação do Plano Nacional da Educação com a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação; a ampliação da educação no campo e a qualificação profissional com participação dos trabalhadores. Esta é uma luta que a CUT e suas entidades têm levado adiante sem o real envolvimento das outras centrais.

### Alimentos

Defesa da reforma agrária, aprovação da PEC do trabalho escravo, do limite de propriedade da terra para diminuir a enorme concentração hoje existente; a mudança do modelo agrário, com a ampliação dos recursos e de políticas públicas para a agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros (as); a luta contra os agrotóxicos e contra os especuladores do agronegócio. Como é sabido, as outras centrais não têm dedicado seus esforços à luta por essas mudanças – a não ser que se entenda que simplesmente assinar panfletos genéricos sobre os temas pode significar luta de fato.

### Reformas política e tributária

Por uma reforma política que amplie a democracia direta e que fortaleça a democracia representativa e por uma

O imposto sindical NÃO É  
nossa Única divergência,  
como dizem por aí

reforma tributária que seja progressiva com base na renda e no patrimônio. As demais centrais têm debatido esses assuntos e estão empenhadas, colocando gente na rua, para pressionar por essas mudanças?

### Somos diferentes: lutamos em todas as frentes

Esses são alguns exemplos da impossibilidade de fazer neste momento mobilização conjunta com as outras centrais, pois como faremos atos políticos se os objetivos são outros?

Faríamos mobilizações conjuntas só para produzir imagens para a mídia convencional, sem nenhuma consequência ou avanço para a classe trabalhadora?

É evidente que não. O que precisamos é construir nosso próprio Dia Nacional de Mobilização, com muitos militantes nas ruas de diferentes cidades do País, para defender a pauta da CUT e dos movimentos sociais, com todas as suas especificidades, e convencer a opinião pública da importância de nossas bandeiras.

As demais centrais, ao elaborarem a agenda das suas mobilizações, colocam quase todas as suas fichas na disputa junto ao Congresso Nacional acreditando que essa é a única frente de luta.

Para a CUT, a principal tarefa é mobilizar os trabalhadores/as na base. O dia 06 de julho será um dia de assembleias em todos os sindicatos filiados à Central (atrasos na entrada, paralisações de uma, duas ou quatro horas, passeatas, manifestações nos aeroportos etc).

E a luta deve se dar em todas as frentes – no Legislativo, Executivo e Judiciário – no Governo Federal, nos Governos Estaduais e Municipais.

É importante ainda deixar claro que não faltou à CUT, nos últimos anos, disposição para dialogar e elaborar propostas em conjunto com as demais centrais. Investimos muito tempo e trabalho nessa tarefa, porém o vai e vem das outras entidades em suas posições, deixando os processos de tomada de decisão inconclusos, é o que de fato prejudica essa unidade na luta.

Continuaremos sempre buscando a unidade na luta quando o assunto for de interesse geral da classe trabalhadora, como é o caso da luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário.

**SOMOS DIFERENTES, SOMOS CUT!**

trabalho no setor público. Foram realizadas milhares de horas de negociação junto ao Ministério do Planejamento para aprovar um projeto que regulamente a negociação coletiva e a solução dos conflitos.

E o que fazem as outras centrais sindicais? Criaram outro grupo no âmbito do Ministério do Trabalho – hoje totalmente aparelhado por uma central – para discutir o mesmo assunto e embaralhar o processo que já vinha bastante adiantado. E o que é mais grave: as premissas defendidas por algumas centrais são para piorar a situação, ou seja, querem implementar a unicidade e o imposto sindical no setor público, na contramão de tudo aquilo que defendemos. O movimento sindical no setor público já nasceu sob o manto da liberdade e autonomia sindical e sem o imposto. As demais centrais não estão preocupadas com a negociação coletiva e sim com a organização sindical no setor público do ponto de vista deles.

Para nós da CUT, a luta pelos pressupostos das convenções 87 (sobre liberdade Sindical) e 151 (Organização no setor Público) da OIT são princípios fundamentais e

## CUT na luta

### Piso mal-amado

O Brasil é um país de grandes teses. Uma das mais surpreendentes defende que melhorar a educação não significa, necessariamente, valorizar o professor. Ao menos era o que pensavam os cerebrais governadores Yeda Crusius (PSDB/RS), Cid Gomes (PSDB/CE), Luís Henrique (PMDB/SC), André Puccinelli (PMDB/MS) e Roberto Requião (PMDB/PR), que ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Lei do Piso Nacional do Magistério. Em abril deste ano, o Supremo Tribunal Federal, de forma unânime, decidiu pela constitucionalidade. Mas, mesmo assim, governadores e prefeitos usam remendos, como incluir abonos para complementar os salários, proibidos pela nova regra. O resultado foi a paralisação, neste mês, dos docentes de Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Fortaleza, capital do Ceará em defesa da aplicação do piso. Já nos dias 16 e 17 de junho, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)-CUT promoveu uma reunião do Conselho Nacional de Entidade e da Direção Executiva para articular os próximos passos da mobilização. Saiba mais em <http://bit.ly/mNXHQo>.



Roberto Leão, presidente da CNTE

Arquivo CNTE

### Copom: duro de baixar

E o Copom (Comitê de Política Monetária), hein? Mesmo com a Inflação sob controle, mais uma elevação da taxa Selic, agora na casa dos 0,25%. Ganham: os que aplicam na especulação financeira, sem gerar emprego. Já os trabalhadores ainda aguardam a promessa de campanha do governo de trazer os juros a um patamar decente e, assim, jogar a favor do emprego, dos salários, das políticas públicas e sociais. Por enquanto, é só promessa.

### Parabéns, bancários e professores

Sem surpresas, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeesp) reelegeram, com folga, as direções cutistas comandadas por duas trabalhadoras: Juvândia Moreira e Izabel Noronha, respectivamente. Parabéns aos trabalhadores e trabalhadoras que souberam escolher quem tem competência e poder de mobilização

Dorival Elze



Juvândia e Maria Izabel, a Bebel: somos fortes, somos CUT

### Verde protocolar

Com a presença da CUT, a presidenta Dilma Rousseff assinou no último dia 7, em Brasília, o decreto que cria a Comissão Nacional e o Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O encontro acontece no Rio de Janeiro, em junho do ano que vem, e discutirá os avanços e compromissos ainda pendentes em relação aos acordos firmados durante a ECO 92. O movimento sindical internacional fechou pauta em três questões: geração de emprego verde como parte da estrutura de trabalho decente; taxaço de fluxo financeiro para financiar o desenvolvimento sustentável e a proteção ao ecossistema; e expansão da proteção social nos países como forma de diminuir a exploração do meio-ambiente. No papel, tudo divino, maravilhoso. Mas, a CUT cobrará para que o Brasil comece fazendo sua obrigação, porque tão importante quanto construir alianças com outros chefes de Estado para diminuir os danos à natureza, é recebermos essas lideranças em um cenário onde não tenhamos o assassinato de quem luta pela terra e uma legislação que anistia desmatadores.

### Falando nisso...

No início do mês, lideranças da CUT e de outras entidades dos movimentos sociais estiveram com o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para entregar documentos com denúncias de mortes, desaparecimentos e ameaças a vários trabalhadores rurais do Pará, Rondônia, Amazonas e Tocantins, além de cobrar providências urgentes contra a violência no campo. Como a CUT alerta desde sua fundação e reforçou em uma campanha, há 15 anos, após o massacre de Corumbiara (RO), sem reforma agrária essas cenas vão se repetir.



Augusto Coelho

Jacy Afonso (terno preto, à esquerda), Secretário de Organização e Política Sindical da CUT, e Carmen Foro (ao lado dele), secretária de Meio Ambiente, em reunião com Carvalho (gravata vermelha)

Pelo mUndo

# Vitória histórica: OIT adota convenção para trabalho doméstico

Demorou, mas saiu. Após três anos de batalha, enfim, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu uma luta histórica da CUT e adotou normas para o trabalho doméstico durante a sua 100.ª Conferência, em Genebra, na Suíça.

Com essa decisão, pela primeira vez, a entidade define uma Convenção acompanhada de Recomendação destinada a um setor da economia informal. O texto estabelece regras sobre a jornada de trabalho legal, horas extraordinárias, direito de organização e sindicalização, direito em negociação coletiva, contratação por agências, direitos de descanso semanal e férias remuneradas.

Ao lado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio e Serviços (Contracs) e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) ambas filiadas à CUT, a central organizou e mobilizou as trabalhadoras para a construção do debate em instâncias como a CSA (Confederação Sindical das Américas) e a CSI (Confederação Sindical Internacional). Esse diálogo incluiu ainda o governo brasileiro e a OIT para fechar uma proposta coletiva e democrática, que atendesse as trabalhadoras domésticas de todo o mundo.

## Brasil deve dar exemplo

Apartir de agora, para entrar em vigor, a Convenção n.º 189 e a Recomendação n.º 201 precisam ser ratificadas por dois países. Diante disso, o papel da central é fazer com que o Brasil seja o primeiro país a reconhecer a norma. “Já

somos protagonistas nesse debate desde o ano passado, já que as posições firmes de nosso país em defesa da ampliação de direitos dessa categoria têm sido determinantes e muito fortes. Mas, precisamos ousar e a CUT, a Contracs e a Fenatrad irão pressionar o governo da presidenta Dilma para ratificar essa convenção”, disse Rosane Silva, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT.

Para a central, a ratificação é fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária, já que iguala os direitos das trabalhadoras domésticas ao dos demais trabalhadores. Situação, lembra Rosane, que não é diferente em outras nações. “O trabalho doméstico é considerado algo “natural” das mulheres e por isso pode ser desvalorizado. Em alguns países, principalmente os europeus, é feito por mulheres migrantes, especialmente da América Latina ou região africana”, avalia.

Algumas delas, inclusive, foram até Genebra, na Suíça, onde ocorreu o encontro, para falar dos obstáculos e preconceitos com os quais convivem cotidianamente no exercício da função.

**Processo tortuoso** - Ainda assim, o caminho para a aprovação das normas foi árduo. Empregadores e governos europeus tentaram inserir medidas como a validade da convenção apenas após a ratificação por 18 países, sugestão que não foi aceita. Outra proposta descartada pelos movimentos sociais e por governos como o do Brasil foi a redução do período de descanso

mínimo semanal, das atuais 24 horas de folga para cada 7 dias trabalhados, por 48 horas de descanso a cada 14 dias de trabalho.

Segundo estimativa da OIT, cerca de 50 milhões de pessoas trabalham como domésticas. Mas, como, na maioria das vezes se trata de uma atividade informal, invisível e sem registro, especialistas defendem que esse número chegue a 100 milhões. Ainda de acordo com a entidade, por volta de 83% desse contingente formado por mulheres e meninas, muitas delas, migrantes.



A presidente da Fenatrad, Creuza Oliveira, esteve em Genebra

Valter Campanato/ABR

## Cultura

# Família Braz: sucesso individual ou coletivo?

Entre os anos 2000 e 2010, a família Braz, moradora da periferia de São Paulo, mudou de vida. Para melhor.

A diferença entre essa e tantas histórias de inserção social ocorridas nos últimos anos no Brasil é que os Braz viraram filme-documentário. Ou melhor, dois filmes.

O primeiro, feito há quase 11 anos, captou no ambiente familiar uma atmosfera de angústia bem típica daqueles últimos momentos do governo FHC – desemprego em alta, falta absoluta de grana –, mas também soube demonstrar que a esperança daquele casal e dos quatro filhos divisava um futuro diferente. Intitulado “Família Braz”, aquele filme não chamou tanto a atenção quanto a segunda produção que traz a mesma família como personagem central, desta vez chamada “Família Braz-Dois Tempos”, atualmente em cartaz em diversas cidades brasileiras.

“Família Braz – Dois Tempos”, dirigido por Arthur Fontes

e Dorrit Harazim (esta dona de um dos melhores textos da imprensa nacional), revela que aquela família teve acesso ao mercado de trabalho, registrou conquistas como a compra de carros e eletrodomésticos e sonha com algo mais, à medida que seus filhos estudam e traçam planos.

A família Braz é um forte símbolo da era Lula, não há dúvida. Reflexo, portanto, não apenas de uma ou outra decisão de governo, mas também de um acúmulo de lutas sociais e propostas que foram sendo costuradas e aplicadas ao longo do tempo antes de encontrarem espaço no governo federal.

Apesar disso, as interpretações que o filme tem despertado na grande imprensa insistem que o sucesso da família Braz é resultado puro e simples do esforço e da ambição pessoais, como se a lógica do cada-um-por-si tivesse triunfado, sem sequer considerar que mesmo o talento individual depende de ambiente coletivo e nacional favorável.

Se ficasse restrita à imprensa, essa interpretação individualista não seria tão grave se não florescesse também nos corações daqueles que vão subindo na pirâmide social mas que permanecem numa espécie de solidão política favorecida em grande parte pela tibieza de discurso da esquerda.



Família Braz: documentário em cartaz nos cinemas

Divulgação

# 6 DE JULHO

# Dia Nacional

# de Mobilização

## 2011



## CUT em luta

## por ganhos reais

- Mais e melhores empregos e salários;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Fim do fator previdenciário;
- Combate à precarização do trabalho e à terceirização;
- Reforma agrária e políticas agrícolas;
- Aprovação do Plano Nacional de Educação em 2011;
- Reforma política e tributária;
- Por uma nova estrutura sindical:
  - ✓ Fim do Imposto;
  - ✓ Liberdade e Autonomia.